

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E ENGENHARIAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

POLIANA MARTINS

**Análise da compreensão dos Gestores Municipais quanto à
importância da Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno –
na Microrregião de Xanxerê SC**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO

2014

POLIANA MARTINS

Análise da compreensão dos Gestores Municipais quanto à importância da Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno – na Microrregião de Xanxerê SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Msc. Oldair Roberto Giasson.

PATO BRANCO

2014



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Curso de Ciências Contábeis
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso



TERMO DE APROVAÇÃO

**Análise da concepção dos Gestores Municipais quanto à importância da
Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno – na Microrregião de
Xanxerê SC**

Aluna: **Poliana Martins**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 20 horas, no dia 06 de outubro de 2014 como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

aprovado.

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Prof. Oldair Roberto Giasson
Orientador

Prof. Priscila Rubbo
Avaliadora UTFPR

Prof. Luis Fernando Casagrande
Avaliador UTFPR

Dedico este trabalho á meus pais Ivânio e Elivani, minha irmã Fabiana, que são os grandes alicerces da minha vida, por me incentivarem a ir em busca de meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser a força maior, por tudo que foi me concedido nesta vida.

A meus pais Ivânio e Elivani, minha irmã Fabiana, por todo o amor, carinho, compreensão, exemplos e ensinamentos, que foram inspiradores de motivação para seguir em frente com meu objetivo, obrigada pelo constante e precioso incentivo, vocês são a razão pela qual nunca desisti deste meu sonho.

Ao meu orientador professor Oldair Roberto Giasson, por todo o conhecimento transmitido durante a realização deste trabalho e em nome dele agradeço a todos os professores do curso pelos ensinamentos e conhecimento.

Aos meus colegas de turma, em especial as minhas grandes amigas que conheci na Universidade e as levarei por toda a minha vida em meu coração, Raquel Belusso Bugoni e Maiara Severo Correa, pela troca de experiências e momentos compartilhados que tornaram essa trajetória muito mais agradável.

Ao Célio Luiz Pozzan, por ter acreditado em meu potencial e ter me dado à oportunidade de trabalhar em seu escritório, onde pude adquirir todo o conhecimento prático de contabilidade que possuo.

Aos meus amigos, por terem compreendido minha ausência.

Enfim, a todas as pessoas que contribuíram para a minha formação e realização profissional e pessoal.

Muito obrigada!

RESUMO

MARTINS, Poliana. **Análise da compreensão dos Gestores Municipais quanto à importância da Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno – na Microrregião de Xanxerê SC.** 2014. 64 folhas. Trabalho de Conclusão de curso Bacharelado em Ciências Contábeis - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2014.

Este trabalho se propõe em abordar o entendimento dos gestores municipais da microrregião de Xanxerê SC, quanto à importância da auditoria interna, controladoria e controle interno, com o intuito de gerar informações relevantes à administração pública na melhoria do serviço público. O objetivo geral é avaliar a compreensão dos Gestores sobre a atuação da Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno nos municípios da Microrregião. A natureza do objetivo da pesquisa é caracterizada como descritiva, a natureza do trabalho é classificada como um estudo prático por meio de uma pesquisa de levantamento de campo ou *survey*, em relação à abordagem do problema, caracteriza-se como uma abordagem quantitativa. O questionário foi enviado para 17 municípios, tendo retorno de 12 respostas, onde foi possível constatar que em média de 41,67% dos respondentes possuem o entendimento correto das atividades da auditoria interna, controladoria e controle interno. Contudo, nota-se a falta de clareza sobre tais atribuições por parte do entendimento da maioria dos gestores, visto que para o bom desenvolvimento das atividades é essencial que os gestores possuam a correta percepção destas atividades, que dão suporte a gestão.

Palavras-chave: Auditoria interna. Controladoria. Controle Interno. Gestão pública.

ABSTRACT

MARTINS, Poliana. **Analysis of Municipal Managers comprehension of the importance of Internal Audit, Accounting and Internal Control - in microregion Xanxerê SC**. 2014. 64 sheets. Conclusion Work course Bachelor of Science in Accounting - Federal Technological University of Paraná. Pato Branco, 2014.

This work aims to address the understanding of municipal managers of micro Xanxerê SC, on the importance of internal audit, controllership and internal control in order to generate relevant to public administration in the improvement of public service information. The overall objective is to evaluate the design of the Managers on the performance of Internal Audit, Accounting and Internal Control in the municipalities of microregion. The nature of the research objective is characterized as descriptive, the nature of work is classified as a practical study through a survey research or field survey, in relation to the approach of the problem is characterized as a quantitative approach. The questionnaire was sent to 17 municipalities, with return of 12 responses, where it was observe that on average 41.67% of the respondents have the correct understanding of the activities of the internal audit, controllership and internal control. However, note the lack of clarity on such assignments by the understanding of most managers, as to the proper development of activities is essential that managers have the right perception of these activities, which support the management.

Keywords: Internal Audit. Controllership. Internal control. Public management.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACEP	Associação Cearense de Estudos e Pesquisas
Art.	Artigo
AMOG	Associação Dos Municípios Da Microrregião Baixa Mogiana
CCONTABEIS	Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
EIS	<i>Enterprise Information System</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica
NBC TI	Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas aos trabalhos de auditoria interna
PPA	Plano Plurianual
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SCI	Sistema de Controle Interno
TSE	Tribunal de Contas do Estado
USP	Universidade de São Paulo
UREJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Função dos respondentes.....	36
Tabela 2 - Faixa Etária	37
Tabela 3 - Escolaridade	37
Tabela 4 - Visão sistêmica das atividades de auditoria, controladoria e controle interno	38
Tabela 5 - Atribuições das atividades desenvolvidas pela auditoria interna, controladoria e controle interno	40
Tabela 6 -Função	42
Tabela 7 - Idade	43
Tabela 8 - Escolaridade	43
Tabela 9 - Utilização das informações produzidas pelo Sistema de Controle Interno para avaliar a gestão pública.....	44
Tabela 10 - Os relatórios das auditorias realizadas pelo SCI no processo de tomada de decisões	45
Tabela 11 - Atuação independente dos membros do SCI	45
Tabela 12 - Auditorias internas previamente comunicadas e regulamentadas	46
Tabela 13 - Alinhamento entre os objetivos do controle interno e da alta administração.....	46
Tabela 14 - Relacionamento entre SCI e os usuários das informações por ele produzidas.....	46
Tabela 15 - Recomendações feitas pela auditoria interna proporcionam aprendizado aos funcionários	47
Tabela 16 - Necessidade de criação do órgão administrativo de controladoria	47
Tabela 17 - Auditoria interna	48
Tabela 18 - Controle interno.....	49
Tabela 19 – Controladoria	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO	12
1.4 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA	12
1.5 DELIMITAÇÃO	13
1.6 ESTRUTURA	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE AUDITORIA INTERNA, CONTROLADORIA E CONTROLE INTERNO	14
2.1.1 Conceitos da Auditoria Interna.....	14
2.1.1.1 Procedimentos da auditoria interna	15
2.1.2 Aspectos da Controladoria.....	17
2.1.2.1 Procedimentos da controladoria sistema de informação	18
2.1.2.1.1 <i>Processo de gestão</i>	18
2.1.2.1.2 <i>Modelo de gestão</i>	21
2.1.2.1.3 <i>Estrutura organizacional</i>	22
2.1.2.1.4 <i>Avaliação do desempenho</i>	22
2.1.3 Aspectos do Controle Interno	23
2.1.3.1 Procedimentos do controle interno	25
2.2 CICLO ORÇAMENTÁRIO	26
2.3 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES ENCONTRADAS NA LITERATURA.....	28
2.4 ESTUDOS SEMELHANTES	28
3 METODOLOGIA.....	30
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	30
3.2 PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO DA LITERATURA	31
3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	34
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	35
4. RESULTADOS	36
4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS MICRORREGIÃO DE XANXERÊ SC.....	36
4.1.1. Dados da Prefeitura e do Entrevistado	36
4.1.2 Percepção Sobre a Visão Sistêmica das Atividades da Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno.....	38
4.1.3 Atribuições das Atividades de Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno	40

4.2	COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS DA MICRORREGIÃO DE XANXERÊ SC E COREDE PRODUÇÃO RS.....	42
4.2.1.	Dados Comparativos da Prefeitura e do Entrevistado	42
4.2.2.	Comparação Entre a Visão Sistêmica das Atividades	44
4.2.3	Comparação Entre as Atribuições das Atividades	48
4.3.	COMENTÁRIOS E SUGESTÕES SOBRE OS RESULTADOS	50
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6.	REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A	59

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo irá fazer uma apresentação do presente estudo, serão abordados os seguintes itens: (i) contextualização, (ii) problema de pesquisa, (iii) objetivo geral e específicos, (iv) Relevância e Justificativa, (v) Delimitação e (vi) Estrutura do Artigo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Para atender as necessidades da sociedade bem como manter o equilíbrio das contas públicas, a auditoria interna, o controle interno e a controladoria, vem sendo utilizados não apenas para cumprirem as normativas legais contidas na Constituição Federal de 1988, mas também de modo a contribuir com padrões de gerenciamento no setor público (SANTOS; TRES, 2012).

Os mesmos autores afirmam que, quanto à auditoria interna, serve como forma de auxiliar a administração da instituição para atingir suas metas, tem função vinculada a analisar, avaliar, levantar comprovações criteriosas com estruturas a fim de comprovar a veracidade, dos métodos utilizados nos controles internos.

A função na qual a controladoria se ocupa é de gestão econômica e pode ser dividida em dois conceitos, a) como órgão administrativo, com a finalidade de auxiliar o modelo de gestão das entidades, b) área do conhecimento com noções, normas e métodos originados de outras ciências, ou seja, é uma união de conhecimentos de ordem operacional, econômica, financeira e patrimonial, ligados ao processo de controle de gestão organizacional (CHAVES; LIMA; OLIVEIRA, 2009).

Quanto ao controle interno, já no século XVI já era possível identificá-lo na Inglaterra, onde era utilizado com a finalidade de verificar a capacidade financeira da população e a vontade elevada da parte do Soberano de controlar os gastos da corte, porém foi com a Carta Magna de 1988 que houve a fixação da exigência legal do controle interno, que serve como estrutura para a tomada de decisões coletivas e está sendo aplicado nos mais variados tipos de organizações da sociedade (CHIARELLI; CHEROBIM, 2009).

Nestas circunstâncias, pode-se perceber que as atividades desenvolvidas pela auditoria interna, controle interno e controladoria no setor público se assemelham e podem ser facilmente confundidas. Visto que estas ferramentas auxiliam para na gestão e aplicação dos recursos públicos, desta forma é importante que os gestores municipais tenham clareza sobre a funcionalidade destes mecanismos, de forma a obter melhoria nos trabalhos desenvolvidos pela Administração Pública.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Neste contexto, apresenta-se o problema de pesquisa que orienta o presente trabalho: Qual é a compreensão dos gestores públicos sobre o que compete a Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno?

1.3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

Com a finalidade de obter a resposta do problema de pesquisa, apresenta-se, como objetivo geral: Avaliar a compreensão dos Gestores sobre a atuação da Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno nos municípios da Microrregião de Xanxerê SC como instrumentos na busca de melhoria no serviço público.

Para auxiliar a alcançar o objetivo geral, fundamentam-se os objetivos específicos: (i) levantar o que compete a Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno, (ii) buscar informações relevantes e oportunas para a melhoria da gestão municipal e (iii) comparar os resultados da Microrregião de Xanxerê SC objeto do presente estudo, com a pesquisa “**Controladoria, Auditoria Interna e Controle Interno: O Entendimento dos Gestores Públicos Municipais Pertencentes ao Corede Produção/RS**”, das autoras Sandra Regina Toledo dos Santos e Tagian Fiorentin Tres, publicado em 2012 no 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

1.4 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

Deste modo o estudo, apresenta a importância de buscar informações sobre o entendimento que os gestores municipais possuem sobre auditoria interna,

controladoria e controle interno e se estão usando estas ferramentas como formas de auxiliar a Administração Pública na busca da melhoria de sua gestão.

Adicionalmente, descrever as principais atividades desenvolvidas por esses órgãos de gestão pública e deste modo verificar se estão sendo utilizados de forma correta pelos gestores nas prefeituras da região em estudo.

A contribuição teórica do estudo é de comparar os resultados que serão obtidos com a presente pesquisa com os resultados obtidos com o estudo Controladoria, Auditoria Interna e Controle Interno: O Entendimento dos Gestores Públicos Municipais Pertencentes ao Corede Produção/RS.

1.5 DELIMITAÇÃO

A pesquisa esta delimitada na investigação sobre a compreensão que os gestores da Microrregião de Xanxerê – Santa Catarina possuem sobre auditoria interna, controladoria e controle interno e também as atividades que competem a estes setores, bem como podem ser utilizados na melhoria da gestão pública. Contudo, o horizonte temporal estabelecido em relação à pesquisa bibliográfica será analisado o que foi publicado sobre o tema em questão, no período de 2003 a 2013.

1.6 ESTRUTURA

Ademais da seção da introdução já abordada, esta pesquisa irá apresentar (i) o referencial teórico no capítulo 2, (ii) metodologia da pesquisa no capítulo 3, (iii) resultados no capítulo 4 e (iv) considerações finais no capítulo 5.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados os principais conceitos e definições sobre as atividades desenvolvidas pela auditoria interna, controladoria e controle interno na gestão pública, bem como análise das publicações encontradas na revisão da literatura sobre auditoria interna, controladoria e controle interno e no setor público e também a avaliação dos estudos semelhantes encontrados na literatura.

2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE AUDITORIA INTERNA, CONTROLADORIA E CONTROLE INTERNO

Esta subseção esta delimita a evidenciar os principais aspectos, conceitos e procedimentos no que diz respeito ao desempenho das funções de auditoria interna, controladoria e controle interno na gestão pública.

2.1.1 Conceitos da Auditoria Interna

Segundo Attie (2010, p. 05) os exames de auditoria visam à verificação documental, os livros e registros com características controladoras, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que tenha relação com o patrimônio bem como a exatidão dos registros e as demonstrações decorrentes deles, os exames de auditoria seguem às normas de auditoria que incluem procedimentos de comprovação de dados.

Conforme estabelece o Conselho Federal de Contabilidade resolução nº 986/03, a auditoria interna compreende análise, exames, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia e eficiência e economicidade dos processos de informações e controle interno integrado ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com objetivo de assessorar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

O Instituto de Auditores Internos do Brasil (2014) afirma que a auditoria interna auxilia a administração e os órgãos de governo como conselho de administração, comitê de auditoria e entidades governamentais, no cumprimento de

suas responsabilidades, fazendo uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar a eficácia do desempenho dos sistemas de controles internos de gestão e riscos.

A auditoria interna é exercida pelo funcionário da entidade, em caráter permanente, favorecendo desta forma o exercício de controles prévios, concomitantes e subsequente de todos os atos da administração, apesar do auditor interno manter vínculo empregatício com a entidade, o mesmo deve total independência profissional e obediência as normas de auditoria (SANTOS; TRES, 2012).

2.1.1.1 Procedimentos da auditoria interna

Para Attie (2010 p. 16) a auditoria é dividida em três etapas onde a inicial é embasada na solicitação dos serviços de auditoria, dimensionamento dos trabalhos e carta-proposta dos serviços de auditoria, a etapa da execução busca fazer o planejamento do trabalho, estudo e avaliação dos sistemas de controles internos, seleção e programa de trabalho da auditoria, aplicação dos procedimentos de auditoria e evidenciação dos exames efetuados, na etapa da conclusão é feita a avaliação das evidências obtidas, emissão do parecer de auditoria e também a elaboração dos relatórios de auditoria.

Conforme estabelece o Portal de Auditoria (2014), o objetivo geral da auditoria interna é avaliar e prestar ajuda a alta administração e desenvolver adequadamente suas atribuições, proporcionando análises, recomendações e comentários objetivos sobre as atividades examinadas. Para conseguir o cumprimento do objetivo geral o auditor deve desempenhar atividades tais como:

- Revisar e avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais;
- Determinar a extensão do cumprimento das normas, dos planos e procedimentos vigentes;
- Determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da entidade e da sua proteção contra todo tipo de perda;
- Determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da empresa;

- Avaliar a qualidade alcançada na execução de tarefas determinadas para o cumprimento das respectivas responsabilidades;
- Avaliar os riscos estratégicos e de negócio da organização.

O Manual de Auditoria Interna (2014) destaca que o planejamento da auditoria procura delimitar o objetivo e o escopo da auditoria, definir a estratégia metodológica a ser adotada e fazer o levantamento de informações relevantes sobre o objeto auditado com a finalidade de adquirir o conhecimento necessário das formulações das questões que serão examinadas pela auditoria, na fase de planejamento a equipe deve definir os critérios de auditoria, que são padrões de desempenho utilizados para medira economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do objeto da auditoria.

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade - CFC em sua resolução 983/03 que trata de Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas aos trabalhos de auditoria interna - NBC TI 01 da Auditoria Interna, a auditoria interna deve ser documentada através dos papéis de trabalho, elaborados por meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional, os papéis de trabalho constituem documentos, registros dos fatos, informações e provas, obtidos no curso da auditoria, com a finalidade de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião críticas, sugestões e recomendações.

O CFC na mesma resolução destaca ainda, que as análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos devem ter sua integridade verificada sempre que forem anexados aos papéis de trabalho.

A finalização do trabalho compreende o acabamento de um produto final e envolve o fechamento dos papéis de trabalho e a emissão do relatório de auditoria, o fechamento dos papéis de trabalho inclui: revisão de todo o conteúdo, confronto final entre os trabalhos realizados e planejados baseado nos objetivos pré-determinados e avaliação do pessoal que executou o trabalho (FRANCO; REIS, 2004).

O relatório da auditoria é a última etapa do trabalho a ser desempenhada pelo auditor, após ter empregado todas as técnicas, aplicado às normas e haver sistematizado sua auditoria em papéis de trabalho, no relatório de auditoria que o auditor levava a administração o produto de seu trabalho e também os resultados que a auditoria venha a proporcionar para a entidade (CORDEIRO, 2013).

O mesmo autor destaca que a finalidade principal do relatório de auditoria é de transmitir as informações coletadas no decorrer do trabalho, as observações feitas pela auditoria e também apresentar as possíveis sugestões de melhoria em relação aos processos atuais adotados pela entidade.

2.1.2 Aspectos da Controladoria

Segundo Slomski (2003 *apud* CHAVES; LIMA; OLIVEIRA, 2009, p. 43), no que diz respeito às organizações públicas, especialmente aos municípios, a controladoria é o órgão administrativo que administra as informações econômicas, fiscais e financeiras, com o fim de auxiliar o gestor público na correta avaliação dos resultados econômicos da entidade governamental, gerando subsídio para a diminuição da desarmonia entre o administrador público e a sociedade.

As atividades da controladoria governamental buscam a legalidade e a legitimidade da aplicação dos recursos em conformidade com as normas, legislações e procedimentos de controle da Administração Pública, ou seja, é um instrumento que viabiliza a vigilância e o entendimento das atividades executadas pela Administração Pública, não somente dos gestores dos órgãos que compõe o governo, mas também por todos os usuários diretos e indiretos do patrimônio público (GOMES; *et al*, 2011).

Os mesmos autores ressaltam que a controladoria governamental realiza função de apoio à gestão, pois possui parâmetros multidisciplinares oferecendo dados estratégicos para a tomada de decisões dos gestores, destaca ainda que deve proporcionar a população transparência e controle dos atos públicos, uma vez que evidencia a aplicação do dinheiro público e estabelece atos corretivos e preventivos quanto ao cumprimento das normas e princípios estabelecidos em lei.

O processo de tomada de decisões é influenciado pela ação da controladoria por meio das informações de planejamento e controle, estes exigem sistemas de informações que suportes essas decisões, neste contexto, a missão da controladoria é melhorar os resultados econômicos da entidade por meio da definição de um modelo de informações baseado no modelo de gestão (OLIVEIRA; PEREZ; SILVA, 2013, p.10).

2.1.2.1 Procedimentos da controladoria sistema de informação

A Controladoria conta com inúmeros procedimentos para gerar informações que iram apoiar o processo de tomada de decisões, diante disso serão abordado alguns desses procedimentos sendo eles: processo de gestão, modelo de gestão, estrutura organizacional e avaliação do desempenho.

Anthony (1965, *apud* ARIMA 2002, p. 82) afirma que em uma organização existem três níveis de informações: nível estratégico, tático ou gerencial e operacional. Cada um destes níveis é suportado por algum tipo de sistema de informação, que iram auxiliar o processo de tomada de decisão, as decisões são em função da natureza das informações produzidas.

Nesta seção serão abordadas informações do nível estratégico, ou seja, sistema de informação executiva de apoio á decisões.

2.1.2.1.1 *Processo de gestão*

Conforme Pereira (2001, p. 58) o processo de gestão deve:

- Ser montado tendo como base a logística do processo decisório, ou seja, identificação avaliação e escolha de alternativas;
- Considerar, analiticamente as fases de planejamento, execução e controle das atividades e;
- Ser apoiado por sistemas de informações que subsidiem as decisões que ocorrem em cada uma destas fases.

Desta forma, o processo de gestão deve garantir que as decisões tomadas direcionem o cumprimento da missão da entidade de forma que auxilie a sua continuidade. O processo de gestão pode ser subdividido em: planejamento estratégico, planejamento operacional, execução e controle.

Crozatti (2003) define planejamento estratégico como processo de gestão, onde a organização identifica ou constrói no ambiente onde atua as oportunidades e ameaças, forças e debilidades, como resultado da análise das variáveis ambientais produzindo diretrizes estratégicas que orientam o cumprimento da missão e garantam a continuidade da entidade.

Para elaborar o planejamento estratégico é necessário primeiramente determinar com precisão questões básicas, porém primordiais como, por exemplo:

“Quem somos?”, “Onde queremos chegar?”, “Avaliamos os fatores externos?”, “Como atingiremos nossos objetivos?”. Diante das respostas devem-se simular diversas situações, construir cenários, para poder descrever possíveis acontecimentos possíveis que poderão ocorrer para isso é necessário avaliar fatores de históricos e resultados para ter condições de interagir (BARBOSA; BRONDANI, 2005).

O planejamento estratégico é essencial, aponta as diretrizes estratégicas que devem estar em harmonia com o modelo de ação praticado pela empresa, identifica as metas desejáveis para o cenário futuro, por fim auxilia a continuidade da organização. (SANTOS; et al, 2013)

Um dos aspectos do planejamento estratégico é baseado em que cada gestor responsável por determinada área específica dentro da instituição, disponha de uma visão global do negócio, do ambiente e das táticas utilizadas nas demais áreas, para que através do planejamento estratégico as atividades sejam desenvolvidas em um ambiente delimitado, normatizado por regras de comportamento onde as estratégias combinam com a versatilidade e flexibilidade de cada gestor (CROZATTI, 2003).

Tomando como base as diretrizes e cenários previamente traçados no processo de planejamento estratégico, é elaborado o planejamento operacional, o que consiste na identificação, integração e avaliação de alternativas de ações e de um plano de ação que irá ser implantado na entidade (CATELLI; PEREIRA; VASCONSELOS, 2001, p. 140).

Os mesmos autores afirmam que o processo de planejamento operacional consiste em sete etapas:

- Estipulação de objetivos operacionais;
- Delimitação dos meios e recursos;
- Apontar alternativas de ação;
- Simulação das alternativas identificadas;
- Seleção das alternativas e incorporação do plano;
- Estruturação e quantificação do plano e;
- Aprovação e exposição do plano.

Já na visão de Oliveira (2001, p. 166) o processo de planejamento operacional pode ser compreendido em três fases: simulação; planejamento operacional de longo prazo e planejamento operacional de curto prazo.

Conforme o autor citado acima, na primeira fase definida são testadas variadas alternativas de *mix* de produtos, quanto a seus volumes e preços, buscando a melhor alternativa que satisfaça as necessidades da entidade, a segunda etapa serão detalhadas as alternativas escolhidas quanto a custos e receitas envolvidas em sua implementação, configurando o processo orçamentário. Na última etapa são adequadas as expectativas previamente colocadas no plano operacional, quanto às expectativas atuais (vigentes), podendo envolver a adequação aos volumes, preços, políticas de eficiência, tecnologia, entre outras.

A fase da execução é compreendida como a etapa em que os recursos são consumidos e os produtos gerados, nesta etapa podem ser necessários fazer alterações e ajustes nos processos, com a finalidade de identificar alternativas operacionais mais apropriadas para a execução das ações da entidade (CATELLI; PEREIRA; VASCONSELOS, 2001, p. 146).

Para Lemes (2001, p. 469) a fase de execução das atividades é de grande importância, pois nas decisões sobre os eventos ocorridos nesta fase, que o resultado econômico está sendo gerado, desta forma o momento da execução das atividades físico-operacionais pode exigir que novas decisões sejam tomadas e estas decisões são corresponsáveis pelas variações patrimoniais da entidade.

Já a fase do controle está ligada à função de planejamento, quando, pois se propõe afirmar que as atividades da entidade estão em concordância com os planos, ou seja, é um sistema de *feedback* que permite aos desempenhos serem comparados com os objetivos planejados, desta forma controle é essencial para a realização do planejamento de longo e curto prazo (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2008, p. 30).

Os mesmos autores destacam que no *feedback* feito pelo sistema de controle se torna possível verificar as variações que possam aparecer diariamente, o objetivo do controle é evidenciar os desvios do plano orçamentário o mais cedo possível para que possam ser desenvolvidas ações corretivas sejam implementadas.

2.1.2.1.2 Modelo de gestão

Para um bom desempenho da controladoria dentro de uma entidade é imprescindível à aplicação de um modelo de gestão.

O termo gestão vem do latim *gestione* que significa gerir, gerência, administração, desta forma gestão é o ato de conduzir as entidades para a obtenção dos resultados desejados, o modelo de gestão apresenta os princípios básicos que orienta uma organização e serve como referencia para orientar os gestores nos processos de planejamento e tomada de decisões e controle (OLIVEIRA; PEREZ; SILVA, 2013, p.104).

Modelo de gestão pode ser definido como um conjunto de normas, princípios e conceitos que têm por finalidade orientar o processo administrativo de uma organização, para que esta cumpra a missão para qual constituída. (CRUZ 1991 *apud* PEREIRA, 2001)

Para Pereira (2001, p.58) a partir do modelo de gestão de uma entidade decorre uma série de diretrizes que impactam os demais subsistemas da organização e o comportamento de todo o sistema, por exemplo:

- A existência ou não de planejamento e controle, bem como suas definições básicas;
- O grau de participação dos gestores nas decisões;
- O grau de autonomia dos gestores;
- Os critérios de avaliação de desempenhos e;
- Os papéis e posturas gerenciais.

O mesmo autor afirma que as áreas operacionais de uma empresa possuem uma missão específica e também possuem um modelo de gestão específico que apesar de bastante influenciado pelo modelo de gestão da empresa em sua totalidade, o modelo de gestão de uma área compreende crenças, valores e definições próprias das atividades especializadas que desenvolve.

2.1.2.1.3 *Estrutura organizacional*

Conforme Vasconcellos (1989, apud PERROTTI 2004) a estrutura organizacional pode ser determinada como o resultado de um processo no qual é feita a distribuições das autoridades de determinada entidade, as atividades são especificadas desde os níveis mais baixos até a alta administração e um sistema de comunicação é construído o que permite que os colaboradores realizem suas atividades e exerçam a autoridade que lhes cabe com a finalidade de atingir os objetivos da organização.

A estrutura organizacional tem por objetivo organizar e projetar os relacionamentos nos diversos níveis hierárquicos e o fluxo de informações essenciais de uma entidade, o organograma facilita a organização da estrutura organizacional é a forma mais comum de organizar as competências das unidades administrativas (REBIÉN; AMORIM, 2008).

Conforme Flores (2006, apud REBIÉN; AMORIN, 2008) a identificação das competências de cada unidade organizacional é essencial para a controladoria ter conhecimento do sistema de informações da organização, de modo que possa dar apoio ao gestor na tomada de decisões, ou seja, é necessário que a controladoria conheça a organização “em movimento” como a finalidade de: ter conhecimento do processo decisório, elaborar normas de conduta para os colaboradores, estabelecer estrutura de comunicação, formular subsistemas de informação que incluam registros e relatórios.

2.1.2.1.4 *Avaliação do desempenho*

A migração do ambiente tradicional de gestão e produção, que era comum nas empresas da era industrial, para a modernidade na era do conhecimento é acompanhada de profundas mudanças nos objetivos e nos conceitos relativos aos sistemas de avaliação de desempenhos individuais e do desempenho das Unidades de Negócio, o processo de medição do desempenho envolve três fases importantes:

1ª) Identificação de fatores financeiros e não financeiros que são importantes para o processo

2ª) Apuração medição sistemática desses fatores e;

3ª) Utilização desses fatores no desenvolvimento e fiscalização de planos estratégicos (OLIVEIRA; PEREZ; SILVA. 2013 p. 131).

Os mesmos autores afirmam que para atender ao objetivo de servir como um órgão de assessoria, o Sistema de Informação Gerencial, ou *Enterprise Information System* (EIS), deve gerar os adequados indicadores de desempenho, entretanto, a possibilidade de conhecer e mensurar determinada quantidade de indicadores não é suficiente, é necessário que haja uma sistemática de comparação entre o nível desejado (orçado) para tais indicadores e os efetivamente obtidos, assim como inserir no sistema uma central de alerta que seja acionada sempre que algum indicador importante estiver distante dos parâmetros estabelecidos.

Avaliar um desempenho passa a ser, um meio para a tomada de decisões adequadas e para construir um processo complexo que incorpora, as características informativas necessárias para o julgamento adequado de um desempenho, requisitos essenciais para interagir ao processo de gestão, nas fases de planejamento, execução e controle (PEREIRA, 2001 p. 197).

2.1.3 Aspectos do Controle Interno

A Constituição Federal de 1988 em sua seção IX, art. 70, estabelece que a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, no que diz respeito à legalidade, legitimidade e economicidade, aplicações das subvenções, e renúncia das receitas, será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada poder.

O art. 74 da Constituição de 1988 define que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (i) avaliar o cumprimento de metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da união; (ii) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficiência e eficácia, da gestão orçamentária financeira e patrimonial e também a aplicação dos recursos públicos nos órgãos e entidades públicas; (iii) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias também os direitos e haveres da união; (iv) apoiar o controle externo no exercício de sua função.

A Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, também conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal, estipula normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, pressupõe a ação planejada e transparente, que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas entre receitas e despesas obediência a limites e condições no que tange a renúncia da receita entre outras providencias. A Lei estabelece que ao final de cada quadrimestre deverá ser o emitido Relatório de Gestão Fiscal, assinados pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno bem como outras definidas pelo ato próprio de cada Poder ou órgão definido no art. 20.

Para cumprir os regulamentos legais o gestor público municipal necessita de auxílio de controles internos eficientes, isto levou a implantação de áreas de controladoria e de unidades de controles internos, com subordinação aos chefes do poder executivo municipal, ademais dessa estruturação cabe a necessidade da contratação de *controllers*, pois a eficiência do cumprimento das obrigações dependerá da eficácia do trabalho da equipe responsável e também do gestor público municipal (ALBERTON; LUNKES; ROZA, 2012).

Quanto aos objetivos com controle interno, estes devem ser direcionados com a finalidade de melhorar a locação dos recursos, obter informações confiáveis dos resultados atingidos, cumprir normas legais que regem administração pública a fim de evitar riscos que possibilitem erros, desperdícios ou fraudes, servir de maneira eficiente para alcançar as políticas da administração, com segurança na efetivação das ações (TEIXEIRA; SPINELLI, 2012).

Os mesmos autores afirmam que é de extrema importância para os gestores municipais à existência de um apropriado sistema de controle interno, de forma que a correta organização do funcionamento dos processos referentes à gestão pública é possível evitar erro, fraudes e desperdícios, apontar e produzir informações importantes que podem amparar o gestor na tomada de decisões.

Controlar os gastos públicos de maneira adequada oportuniza vários benefícios aos cidadãos, tanto na educação, saúde, habitação, segurança e na melhoria da qualidade de vida da população, o ente governamental sofre constantes transformações, alterações e mudanças de caráter econômico fiscal e político, a

sociedade, cobra transparência, ética e adequada aplicação dos recursos públicos (CHIARELLI; CHEROBIM, 2009).

2.1.3.1 Procedimentos do controle interno

Conforme a Cartilha de Orientações sobre Controle Interno (2009) à atuação do Controle Interno na Administração Pública se dá através dos processos de Prestação de Contas e Tomada de Contas:

Prestação de Contas: para os dirigentes das entidades supervisionadas da administração indireta, para os responsáveis por entidades ou organizações de direito público ou privado, que utilizem contribuições para fins sociais, recebem subvenções ou transferências à conta do tesouro público; para pessoas físicas que recebam recursos públicos, para atender as necessidades previstas em lei.

Tomada de Contas: para ordenadores de despesas da administração direta, para os que arrecadam, gerenciam ou guardam dinheiro, valores ou bens públicos ou que por eles respondam; para aqueles que derem a causa a perda, subtração, extravio ou estrago de valores, bens e materiais públicos sob sua responsabilidade.

Dentre as funções do controle interno está o auxílio ao gestor, com a finalidade de oferecê-lo maior segurança e mantê-lo informado da legalidade dos atos praticados por sua administração, possibilitando a identificação de desvios ou erros, com isso tornará possível que o gestor possua uma visão do cumprimento das metas estabelecidas nos planos e orçamentos públicos (TEIXEIRA; SPINELLI, 2012).

Os mesmos autores afirmam que controle interno é o trabalho desenvolvido a partir de procedimentos e normas definidas pela organização municipal, com o objetivo de avaliar as condutas administrativas produzidas dentro da organização, muitos até confundem o papel do controle interno com o da auditoria interna, mas essa é uma visão equivocada, diante de que o trabalho da auditoria é de revisão e apreciação dos controles internos que normalmente é realizado por um departamento especializado.

2.2 CICLO ORÇAMENTÁRIO

A Constituição de 1988 determinou uma série de mudanças importantes na área do orçamento público, dentre elas o planejamento a médio prazo, dado a determinação imperativa da norma que institui o Plano Plurianual (PPA); o envolvimento do Legislativo na fixação de metas e prioridades para a administração pública e na elaboração das políticas públicas de arrecadação e de alocação dos recursos devidos ao conteúdo dado à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e o desdobramento da Lei Orçamentária Anual (LOA) em três orçamentos distintos: fiscal, de investimentos em estatais e de seguridade social (SANCHES, 2006).

A figura 1 representa os instrumentos de gestão da administração pública composto pelo Plano Orçamentário Anual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual (LOA)

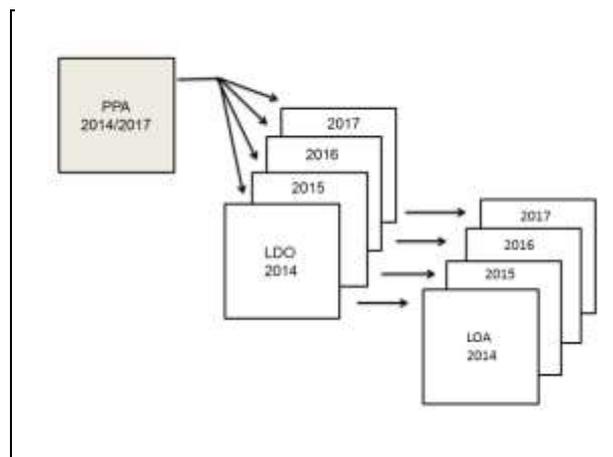


Figura 1: Instrumentos de gestão pública
Fonte: Adaptado de GERIGK et al, (2007)

Conforme o que estabelece a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento – SEGPLAN – do Estado de Goiás (2013) o Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental a médio prazo, regulamentado pelo Decreto 2.829 de 29 de outubro de 1988 e estipula as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para o período de 4 anos, visando organizar as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. Aprovado por lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de mandato de um prefeito até o primeiro ano de seu sucessor, no plano plurianual contem em detalhes

os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, públicos-alvo, produtos a serem entregues à sociedade etc.

Adicionalmente Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) representa um avanço constitucional, por se constituir em um instrumento de formalização de políticas públicas, possui características de ser uma lei ordinária e de natureza transitória, é vinculada a um exercício financeiro (anual), está sujeita a prazos e ritos especiais de tramitação, especifica as metas e prioridades da administração pública federal e define a estrutura e organização do orçamento da lei orçamentária anual (ROSA. 2011 p. 37).

Conforme o §2º do art. 165 da Constituição Federal de 1988 a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei da lei orçamentária anual, irá dispor sobre as alterações da legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Conforme Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (2014), a Lei Orçamentária Anual – LOA é um instrumento de gestão, com ênfase nos aspectos financeiros e físicos, compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Plano Plurianual – PPA, nesse instrumento são estimados as receitas fixas e despesas para um período de um ano, com a finalidade de atingir os objetivos pré-estabelecidos para a política governamental.

A Lei Orçamentária Anual deve conter a estimativa de todas as receitas e com base nas receitas serão fixadas todas as despesas do Governo Federal, referentes aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, todas as esferas do Governo, seja Estadual, Executivo ou Municipal, podem e devem elaborar seus orçamentos, amparados e estruturados uniformemente, tendo em conta suas prioridades e características (ROSA, 2011, p. 39).

2.3 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES ENCONTRADAS NA LITERATURA

Através do processo de seleção de artigos para a revisão de literatura que será apresentado na seção 3.2, foram averiguados 11 artigos alinhados com o tema da presente pesquisa.

Após feita a seleção foram examinadas as características das publicações: (i) foram encontrados 28 autores, (ii) quanto aos periódicos, identificados 10 distintos, entre eles o que é considerado destaque Congresso USP De Controladoria E Contabilidade, com 2 artigos, (iii) diante do horizonte temporal, mais publicações foram encontradas nos anos de 2009 e 2012, com 3 publicações, cada ano, (iv) o artigo “A Importância do Controle Interno na Administração Pública Brasileira e a Contribuição da Contabilidade como Principal Instrumento de Controle na Busca da Gestão Pública” teve mais citações no total de 7, (v) 2 artigos publicados sobre o tema de auditoria interna, (vi) 4 artigos sobre controladoria. (vii) 8 artigos selecionados sobre controle interno.

Entre os artigos selecionados todos estão voltados para o sistema de gestão pública e se destaca o artigo Controladoria, Auditoria Interna E Controle Interno: O Entendimento Dos Gestores Públicos Municipais Pertencentes Ao Corede Produção/RS, por contemplar todos os eixos de pesquisa.

2.4 ESTUDOS SEMELHANTES

Diante dos artigos selecionados para a pesquisa, o que mais tem semelhança com o presente estudo é “Controladoria, Auditoria Interna E Controle Interno: O Entendimento Dos Gestores Públicos Municipais Pertencentes Ao Corede Produção/RS”, de autoria de Sandra Regina Toledo dos Santos e Tagiane Fioentin Tres, publicado em 2012, no 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE) o estado do Rio Grande do Sul, em está dividido em 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), foram instituídos pela lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, com o objetivo de promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, o Corede Produção é composto por 23 municípios, os quais são: Almirante

Tamandaré do Sul, Camargo, Carazinho, Casca, Chapada, Ciríaco, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhana, Muliterno, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Passo Fundo, Pontão, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, Vanini e Vila Maria.

Este estudo publicado em 2012 servirá de base para a pesquisa e posteriormente será feita uma comparação entre os resultados duas regiões de estudo.

3 METODOLOGIA

Este capítulo visa apresentar (i) enquadramento metodológico do trabalho; (ii) os procedimentos para a revisão da literatura; (iii) procedimentos para a coleta de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Nesta seção será abordado o enquadramento metodológico da pesquisa. Que será subdividido em (i) natureza do objetivo; (ii) natureza do trabalho; (iv) abordagem do problema; (v) instrumentos de pesquisa.

Quanto à natureza do objetivo da pesquisa, é caracterizado como descritiva. Segundo Andrade (2002 *apud* BEUREN *et al*, 2003, p. 81) a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles, deste modo, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

Gil (2008, p.28) destaca que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição de características de certa população, fenômenos ou estabelecimento de relação entre variáveis, uma das características mais significativas dessas pesquisas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Esta pesquisa esta objetivada a buscar entender qual é a compreensão dos Gestores Municipais quanto ao que compete a Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno – na Região de Xanxerê SC.

Segundo a 23ª Edição da publicação Santa Catarina em Dados (2013), o oeste do estado é dividido em cinco microrregiões, a Microrregião de Xanxerê é a objeto deste estudo, composta por 17 municípios: Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuçu, Jupiá, Lageado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

A natureza do trabalho é classificada como um estudo prático por meio de uma pesquisa de levantamento de campo ou *survey*. Segundo GIL (2008 p. 55),

esse tipo de pesquisa se caracteriza pela interrogação direta das pessoas das quais o comportamento deseja pesquisar, realiza-se a solicitação de informações a determinado grupo significativo de indivíduos a respeito do problema estudado, para posteriormente mediante análise quantitativa, conseguir as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Em relação à abordagem do problema, o presente estudo caracteriza-se como uma abordagem quantitativa. Segundo Creswell (2010) as pesquisas quantitativas investigam as relações entre as variáveis que o investigador procura conhecer, são usadas com mais frequência nas pesquisas de ciências sociais especialmente em estudos de levantamento.

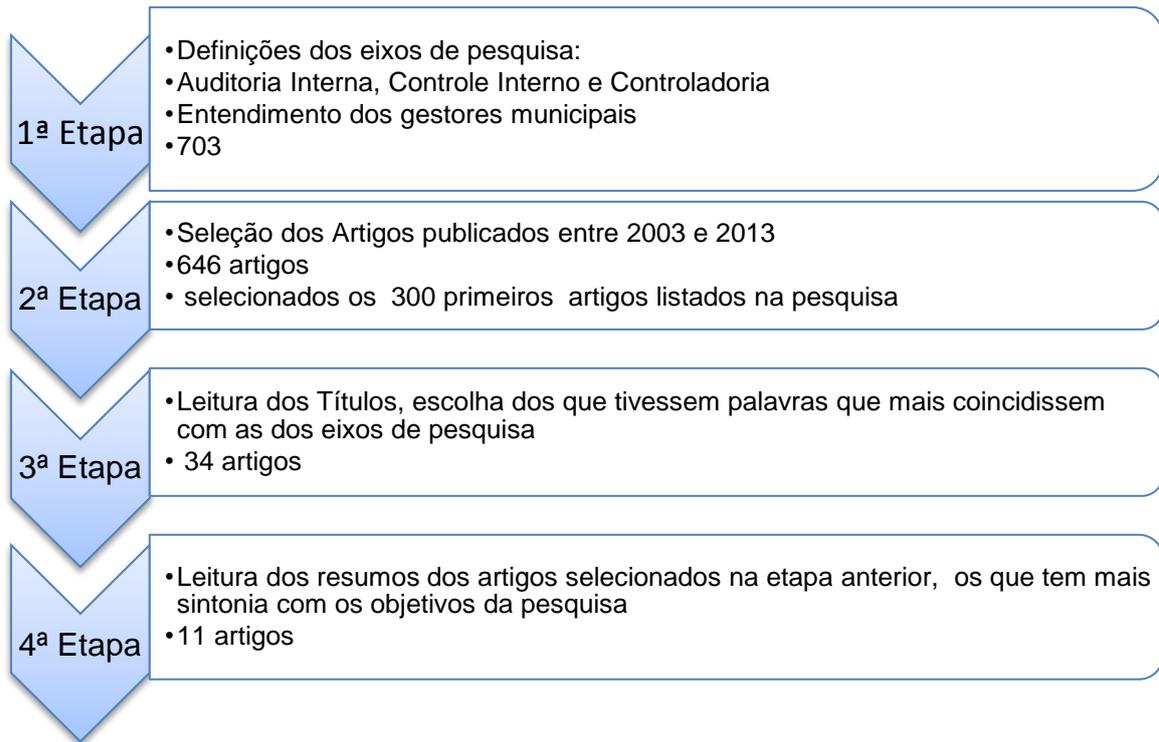
O instrumento de pesquisa que irá ser utilizado é a coleta de dados através de questionário que será enviado via e-mail, para os gestores municipais da Microrregião de Xanxerê, Santa Catarina.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO DA LITERATURA

Nesta subseção será apresentado o procedimento de busca de artigos para a revisão da literatura. A ferramenta de pesquisa Google Acadêmico foi usada para a seleção dos artigos que serão usados.

Primeiramente, foram definidos os dois eixos de pesquisa sendo o primeiro: auditoria interna, controle interno e Controladoria e o segundo: entendimento dos gestores municipais.

A pesquisa retornou com 703 resultados, visando selecionar artigos mais recentes a data definida para a pesquisa foi de 2003 a 2013, foram retornados 646 resultados. Os 300 primeiros artigos listados na pesquisa foram mantidos, após foi feita a leitura dos títulos e selecionados os que tivessem palavras que mais coincidisse com as dos eixos de pesquisa, mantidos 34 artigos. A última seleção foi feita a partir da leitura dos resumos dos artigos selecionados na etapa anterior, selecionados 11 artigos.



Quadro 01: Fluxograma da seleção dos artigos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste contexto, estão relacionados no quadro abaixo os artigos que representam o resultado da pesquisa de revisão de literatura, sendo que estes estão dispostos da seguinte forma: ano de publicação, periódico/congresso e número de citações no Google Acadêmico e estão organizados conforme ano de publicação.

Nº	Nome do Artigo	Publicação	Ano	Citações
01	A Contribuição Da Contabilidade E Auditoria Governamental Para Uma Melhor Transparência Na Gestão Pública Em Busca Do Combate À Corrupção	CCONTABEIS	2011	
02	Controle Interno Como Fator Determinante Na Qualidade Da Gestão Pública: Um Estudo De Caso	Seminário De Pesquisa CCSA	2010	
03	Vantagens E Desvantagens No Uso Do Sistema De Controle Interno Nas Prefeituras Municipais	Revista E- Estudante	2009	
04	Perfil Dos Controles Internos Em Prefeituras Do Rio	Revista De	2012	

	Grande Do Sul: Uma Análise Nas Maiores Cidades Gaúcha	Contabilidade UREJ		
05	Município De Fortaleza (Cgm) Resumo - Atividades Desenvolvidas Pela Controladoria Geral Do Município De Fortaleza (Cgm)	ACEP - Associação Cearense De Estudos E Pesquisas	2011	
06	A Necessidade De Controle Interno Efetivo Na Administração Publica Municipal Como Apoio Ao Gestor	AMOG - Associação Dos Municípios Da Microrregião Baixa Mogiana	2012	
07	Controladoria, Auditoria Interna E Controle Interno: O Entendimento Dos Gestores Públicos Municipais Pertencentes Ao Corede Produção/RS	Congresso USP De Controladoria E Contabilidade	2012	
08	A Controladoria Nas Organizações Públicas Municipais: Um Estudo De Caso	Revista Universo Contábil	2009	1
09	Características De Sistema De Controle Interno Municipal Para Atuação Reguladora E Orientadora Da Gestão Pública	Revista Interdisciplinar Científica Aplicada.	2009	1
10	Organização Dos Órgãos De Controle Interno Municipal No Estado Do Ceará: Um Estudo Na Região Metropolitana De Fortaleza	Congresso USP De Controladoria E Contabilidade	2008	3
11	A Importância Do Controle Interno Na Administração Pública Brasileira e a Contribuição Da Contabilidade Como Principal Instrumento De Controle Na Busca Da Gestão Pública	IX Convenção De Contabilidade Do Rio Grande Do Sul	2003	7

Quadro02: Relação dos artigos sobre o tema de pesquisa
Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se com o quadro que a preocupação em publicar artigos relacionados ao tema, vem aumentando gradativamente, as maiorias dos artigos são de publicação recente, sendo no ano de 2012 houve mais publicações, entretanto o artigo com maior número de citações é “A Importância Do Controle Interno Na Administração Pública Brasileira e a Contribuição Da Contabilidade Como Principal Instrumento De Controle Na Busca Da Gestão Pública”, publicado em 2003 e até a presente data possui 7 citações.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Em relação à coleta de dados, serão coletados através de questionário enviado por e-mail para os gestores municipais da Microrregião de Xanxerê SC. Quanto à validação do questionário, este já foi aplicado na região do Corede Produção/RS e será replicado na Microrregião de Xanxerê SC, posteriormente será feito uma comparação dos resultados das duas regiões.

Com a finalidade de comparar os resultados da presente pesquisa com os já obtidos no Corede Produção/RS, foram mantidas as mesmas opções de perguntas e respostas do questionário original, com exceção da questão número 01- Classificação do entrevistado, além das opções originais Prefeito e Vice Prefeito, foi incluído a opção de resposta Secretário da Administração, justificada pela dificuldade de conseguir contato com os prefeitos e vice-prefeitos da região em questão.

O questionário será dividido em três partes, onde cada parte se ocupará em buscar informações sobre (i) dados da prefeitura e do entrevistado; (ii) entendimento sobre a visão sistêmica das atividades da auditoria interna, controladoria e controle interno; (iii) entendimento dos gestores sobre as funções desempenhadas pela auditoria interna, controladoria e controle interno.

As questões foram feitas em escala de Likert. Conforme Baker (2005, *apud* BRADALISE, 2005), as escalas Likert ou escalas somadas, requerem que o entrevistado indique o seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que esta sendo medida, atribui-se valores numéricos e/ou sinais às repostas a fim de refletir a força e reação do entrevistado à declaração. As declarações de concordância devem receber valores altos ou positivos enquanto as declarações de discordância recebem valores baixos ou negativos.

As alternativas para as respostas foram dispostas em uma escala de 1 a 5, onde 1 representa o grau mais importante e o 5 menos importante, da seguinte forma:

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo em partes
- 3 Discordo em partes
- 4 Discordo totalmente
- 5 Não tenho opinião formada sobre o assunto

Para finalizar o questionário foram aplicadas três perguntas sobre as funções desempenhadas pela auditoria interna, controle interno e controladoria. Que serão as seguintes opções de respostas:

1 auditoria interna

2 controladoria

3 controle interno

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à análise de dados, se dará em três etapas: (i) resultados da microrregião de Xanxerê SC, (ii) comparação entre os resultados das duas regiões e (iii) comentários e sugestões sobre os resultados.

Na primeira etapa, serão evidenciadas as respostas obtidas através do questionário encaminhado via e-mail, os dados serão expostos por meio de tabelas e o questionário foi dividido em três partes para melhor abordagem das respostas.

Na segunda etapa será feita a comparação entre os resultados da presente pesquisa e os obtidos no Corede Produção RS. Os resultados também serão abordados através de tabelas contendo a descrição da pergunta e as respostas das duas regiões, serão apontados possíveis motivos sobre as diferenças encontradas nos resultados das regiões.

Para finalizar a análise dos resultados, será feito comentários sobre os principais resultados encontrados bem como sugestões para a melhoria do conhecimento dos gestores e da gestão pública.

4. RESULTADOS

Esta seção de ocupara em (i) análise dos resultados obtidos pelos questionários enviados por e-mail para os municípios pertencentes a micro região de Xanxerê SC, (ii) comparar os resultados obtidos com a presente pesquisa com os resultados obtidos na pesquisa realizada em 2012 no Corede Produção RS e (iii) comentários e sugestões sobre os resultados.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS MICRORREGIÃO DE XANXERÊ SC

Os resultados foram obtidos através de questionário desenvolvido através da ferramenta Google Drive e enviados por e-mail para prefeitos, vice-prefeitos e secretários da Administração pertencentes à microrregião de Xanxerê SC.

Encaminhados no período de 22 de junho a 30 de julho de 2014, dos 17 (dezessete) questionários enviados apenas 12 (doze) retornaram.

O questionário foi disposto em três partes onde se buscava informações sobre (i) dados da prefeitura e do entrevistado, (ii) percepção sobre a visão sistêmica das atividades da auditoria interna, controladoria e controle interno e (iii) percepção sobre as atribuições da auditoria, controladoria e controle interno.

4.1.1. Dados da Prefeitura e do Entrevistado

Na primeira tabela esta exposto do dados quanto a função dos respondentes.

Tabela 1 - Função dos respondentes

Descrição	Porcentagem (%)
Prefeito	50
Vice- prefeito	25
Secretário da Administração	25

Fonte: Adaptado de SANTOS e TRES, 2012.

Entre os 12 gestores respondentes, 6 ocupam a função de prefeito, 3 de vice-prefeito e 3 de secretário da administração. Entre os 3 vice-prefeitos que responderam apenas 1 desempenha função na administração municipal.

A tabela 2, é possível visualizar a faixa etária dos respondentes.

Tabela 2 - Faixa Etária

Descrição	Porcentagem (%)
Até 20 anos	0
De 21 a 40 anos	25
De 41 a 60 anos	66,67
Acima de 60anos	8,33

Fonte: Adaptado de SANTOS e TRES, 2012.

Neste item nenhum dos respondentes possui idade inferior a 20 anos, 3 tem entre 21 e 40 anos, a maioria em um total de 8 respondentes possuem entre 41 e 60 anos e apenas 1 tem idade acima de 60 anos.

A tabela 3 traz dados quanto a escolaridade dos respondentes.

Tabela 3 - Escolaridade

Descrição	Porcentagem (%)
Sem ensino superior	50
Fundamental incompleto	0
Fundamental completo	8,33
Ensino médio	41,67
Superior incompleto	0
Ensino superior	50
Superior completo	33,33
Especialização, Mestrado ou Doutorado	16,67

Fonte: Adaptado de SANTOS e TRES, 2012.

Na tabela 3 é possível verificar que esta igualada à quantidade de gestores sem ensino superior e com ensino superior, ao fazer a análise da escolaridade por função é possível identificar que entre os prefeitos: 1 possui ensino fundamental completo, 3 ensino médio e 2 superior completo; vice-prefeitos: 2 possuem ensino médio e 1 ensino superior; secretário da administração: 1 possui ensino superior e os outros 2 especialização, mestrado ou doutorado.

Pode-se concluir que o maior nível de escolaridade esta entre os secretários da administração onde todos os respondentes possuem ensino superior.

Quanto à pergunta se existe Sistema de Controle Interno (SCI) que é instituído por lei e se esta em funcionamento, apenas um gestor respondeu que em sua prefeitura não existe sistema de controle interno em funcionamento.

No que diz respeito à pergunta se o Sistema de Controle Interno realiza auditoria interna nos setores da prefeitura somente um dos respondentes afirma que o Sistema de Controle Interno não realiza auditoria interna nos setores da prefeitura.

4.1.2 Percepção Sobre a Visão Sistêmica das Atividades da Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno

Na segunda parte do questionário buscou-se obter dados quanto à visão sistêmica dos gestores sobre a importância da utilização das atividades desenvolvidas pela auditoria interna, controladoria e controle interno.

Na tabela 4 estão expostas as respostas obtidas pelo questionário, que estão dispostas em uma escala de 1 a 5 onde 1 corresponde ao nível mais alto de concordância e 5 o mais baixo, onde 1 – Concordo totalmente, 2 – Concordo em partes, 3 – Discordo parcialmente, 4 – Discordo totalmente e 5 – Não tenho opinião formada sobre o assunto.

Tabela 4 - Visão sistêmica das atividades de auditoria, controladoria e controle interno

Descrição	Porcentagem (%)				
	1	2	3	4	5
1 – Em sua opinião, a alta administração municipal utiliza as informações produzidas pelo Sistema de Controle Interno para avaliar a gestão pública?	33,33	66,67			
2 – Os relatórios das auditorias do sistema de controle interno auxiliam a alta administração na tomada de decisões?	58,33	41,67			
3 – Os membros do sistema de controle interno atuam de forma independente?	58,33	41,67			
4 – As auditorias internas realizadas pelo sistema de controle interno nos setores da prefeitura são previamente comunicadas e regulamentadas?	75	25			
5 – Os objetivos do sistema de controle interno estão alinhados a alta administração?	50	50			
6 – O relacionamento entre o sistema de controle interno e os usuários das informações por ele produzidas (alta administração, funcionários dos setores, câmara de Vereadores, Tribunal de Contas do Estado) é adequado?	66,67	33,33			
7 – as recomendações da auditoria interna são construtivas, realizáveis e proporcionam aprendizado aos funcionários dos setores auditados?	83,33	16,67			
8 – Com base no conceito de Slomski (2003) é necessária a criação do órgão administrativo da controladoria na prefeitura?	83,33	16,67			

Fonte: Adaptado de SANTOS e TRES, 2012.

Com a análise da tabela 4, na questão 1 é identificado que apenas 33,33% (4 gestores) dos respondentes afirmam que as informações produzidas pelo sistema de controle interno são utilizadas pela alta administração para avaliar a gestão pública, o restante 66,67% afirmam que são utilizadas parcialmente as informações produzidas pelo sistema de controle interno para avaliar a gestão pública.

Entretanto, na questão 2 é possível verificar que a maioria 58,33% (7 respondentes) asseguram que os relatórios das auditorias do sistema de controle interno auxiliam a alta administração na tomada de decisões, os outros 41,67% responderam que utilizam em partes os relatórios de auditoria para a tomada de decisões. É de suma importância que sejam observados os relatórios das auditorias do SCI, para assegurar o bom andamento das atividades e também para acompanhar a gestão dos recursos municipais.

Os mesmos resultados obtidos na questão 2 também são encontrados na questão 3, no qual a 58,33% dos gestores atestam que os membros do SCI atuam de forma independente, os demais 41,67% responderam que os integrantes do SCI atuam de forma parcial no que diz respeito a independência no desempenho de sua função, o que pode indicar que esses membros tem dependência de outros indivíduos no desempenho da função.

Já na questão 4 é observado que a grande maioria 75% (9 respondentes) dos gestores afirmam que as auditorias internas realizadas pelo SCI nos setores da prefeitura são previamente comunicadas e regulamentadas. Cabe ressaltar que na Resolução 968/03 que aprova a NBCT 12, onde são regulamentadas as normas de auditoria interna, o auditor interno deve documentar o planejamento da auditoria bem como preparar por escrito o programa de trabalho a ser desenvolvido, detalhando o que for preciso para a compreensão dos procedimentos que serão adotados, em termos de natureza, oportunidade e extensão, equipe técnica e uso de especialistas.

Nota-se que na questão 5 que metade dos respondentes afirmam que os objetivos do sistema controle interno estão totalmente alinhados com os da alta administração, a outra metade afirma que os objetivos estão alinhados em partes com a alta administração. Esta compreensão pode ser decorrente dos gestores não terem clareza sobre os objetivos do controle interno ou por não relacionarem os objetivos da alta administração com os do controle interno de forma com que sirva de apoio a gestão no andamento das atividades.

Dos gestores respondentes 66,67% (8 gestores) declaram na questão 6 que o relacionamento entre o SCI e os usuários das informações por ele produzidas, ou seja, alta administração, funcionários dos setores, Câmara de Vereadores, Tribunal

de Contas do Estado é adequado, enquanto que 33,33% concorda em partes com a adequação.

Quanto a questão 7 grande maioria cerca de 83,33% consideram que as recomendações feitas pela auditoria interna são construtivas, realizáveis e que também proporcionam aprendizado aos funcionários dos setores auditados. É importante que sejam adotadas as recomendações feitas pela auditoria interna, de modo a assegurar que os objetivos da administração sejam seguidos, bem como proporcionar aprendizado aos funcionários para que sejam evitados possíveis erros ou fraudes.

Quando perguntados se é necessário a criação do órgão administrativo da controladoria na Prefeitura Municipal 83,33% dos gestores responderam que é necessário a criação deste órgão, percebe-se com esse dado que os gestores consideram importante a controladoria nas prefeituras, uma vez que esse órgão auxilia na gestão do sistema econômico e financeiro das prefeituras.

4.1.3 Atribuições das Atividades de Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno

Na terceira parte do questionário, procurou-se buscar informações sobre a compreensão que os gestores possuem quanto às atividades desenvolvidas pela auditoria interna, controladoria e controle interno.

Ademais, na tabela 5 estão elencadas as atribuições das atividades desenvolvidas pela auditoria interna, controladoria e controle interno, na compreensão dos gestores. As opções de respostas estão enumeradas em: 1- Auditoria interna, 2 – Controladoria e 3 – Controle Interno.

Tabela 5 - Atribuições das atividades desenvolvidas pela auditoria interna, controladoria e controle interno

Descrição	Porcentagem (%)		
	1	2	3
1 –No seu entendimento, examinar, avaliar, levantar e comprovar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos na administração pública é função do(a):	33,33	16,67	50

2 – Acompanhar a execução dos atos e ações praticadas pela administração, em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, com a finalidade de evitar perdas, desvios, auxiliar a boa e regular execução orçamentária, financeira e patrimonial é função do(a):	33,33	8,33	58,34
3 – Você avalia que os gestores públicos podem obter informações mais precisas e necessárias a tomada de decisões, através do órgão de:	8,33	33,33	58,34

Fonte: Adaptado de SANTOS e TRES, 2012.

Verifica-se com as repostas que os gestores possuem uma visão equivocada sobre as atividades destes setores, uma vez que com a análise da tabela 5 pouco mais que a metade dos respondentes atribuem todas as funções para o setor de controle interno.

Esta percepção pode ocorrer ao fato de que os gestores estão mais preocupados em cumprir o que determina a legislação e também evitar apontamentos de irregularidades pelo Tribunal de Contas do Estado – TSE, que julga as contas prestadas pelos administradores públicos.

Na pergunta 1, apenas 33,33% dos respondentes possuem o entendimento correto de que examinar, levantar e comprovar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos na administração pública são funções da auditoria interna. Os 66,67% restantes atribuem essas atividades a controladoria e controle interno.

Na segunda pergunta no que diz respeito às atribuições do controle interno de acompanhar a execução dos atos e ações praticadas pela administração, em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, com a finalidade de evitar perdas, desvios, auxiliar a boa e regular execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, a maioria dos respondentes 58,34% atribui de forma correta essas atividades ao controle interno.

Concluindo com a terceira pergunta, 33,33% dos gestores avaliam que os mesmos podem obter informações mais precisas e necessárias a tomada de decisões, através do órgão de controladoria, a maioria dos respondentes possuem visão equivocada sobre esse setor atribuindo as atividades para auditoria interna e controle interno.

4.2 COMPARAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS DA MICRORREGIÃO DE XANXERÊ SC E COREDE PRODUÇÃO RS

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa atual e a desenvolvida no Corede Produção, também desenvolvido um comparativo entre as duas pesquisas e apontamentos de possíveis motivos sobre diferenças encontradas.

Cabe salientar que a presente pesquisa foi enviada por intermédio de questionário para 17 municípios onde foi obtido 12 retornos, em torno de 70% das respostas, enquanto a pesquisa desenvolvida no Corede Produção RS foram aplicados 21 questionários onde 19 foram retornados, aproximadamente 90% de respostas.

A pesquisa realizada em 2011 e publicada em 2012 obteve por volta de 20% a mais de respostas do que o presente estudo, este dado pode se dever ao período de tempo destinado a coleta de dados, que na primeira pesquisa foi determinado 3 meses para a coleta de dados e na presente pesquisa foi designado como tempo para a coleta de dados 1 mês e 8 dias.

Os dados estão elencados em três blocos conforme disposto no questionário.

4.2.1. Dados Comparativos da Prefeitura e do Entrevistado

Tabela 6 -Função

Descrição	Porcentagem (%)	
	Microrregião de Xanxerê SC	Corede Produção RS
Prefeito	50	75
Vice- prefeito	25	25
Secretário da Administração	25	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O presente estudo conta com 25% menos de participação de prefeitos respondentes do que na outra pesquisa, isso pode ter ocorrido, pois no questionário atual foi incluída a opção no perfil do entrevistado de secretário da administração, pela justificativa de que ao entrar em contato com os secretários da administração alguns afirmarem que são eles que checam os e-mails dos prefeitos.

Tabela 7 - Idade

Descrição	Porcentagem (%)	
	Microrregião de Xanxerê SC	Corede Produção RS
Até 20 anos	0	0
De 21 a 40 anos	25	12
De 41 a 60 anos	66,67	81
Acima de 60anos	8,33	7

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa atual e a pesquisa realizada no Corede Produção RS mostram que a maior porcentagem dos gestores está entre 41 a 60 anos. Isso pode ser decorrente do fato que as pessoas podem necessitar de certa experiência em gestão ou serem líderes na política para concorrer aos cargos públicos mais elevados.

Entretanto, não há impedimentos legais para pessoas se candidatarem aos cargos de prefeito e vice-prefeitos a partir dos 21 anos, como consta no Art. 14 VI da Constituição Federal.

Tabela 8 - Escolaridade

Descrição	Porcentagem (%)	
	Microrregião de Xanxerê SC	Corede Produção RS
Sem ensino superior	50	56,2
Fundamental incompleto	0	12,5
Fundamental completo	8,33	6,2
Ensino médio	41,67	25
Superior incompleto	0	12,5
Ensino superior	50	43,8
Superior completo	33,33	25
Especialização, Mestrado ou Doutorado	16,67	18,8

Fonte: Elaborado pelo autor.

Grande porcentagem dos gestores não possui ensino superior, pode ser devido ao fato de que não há exigência mínima quanto a escolaridade, apenas é necessário ser alfabetizado. A Constituição Federal de 1988 apenas cita no seu artigo 14 § 4 que são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos, ou seja, não tem direito de concorrer aos cargos os indivíduos que não podem possuir título de eleitor e os que são analfabetos.

Ademais, quanto ao questionamento se existe implantado na prefeitura o sistema de controle interno que é instituído por lei e se o mesmo esta em funcionamento 100% dos respondentes do Corede Produção afirmam que existe e esta em funcionamento, contra 91,67% dos respondentes da microrregião de Xanxerê que consentiram ter em suas prefeituras sistema de controle interno instituído e em funcionamento. Os 8,33% (um gestor) que responderam negativamente a pergunta, podem ter se equivocado na resposta e/ou não terem conhecimento da exigência legal.

Constituição Federal 1988 art. 74 estabelece que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, entre outras finalidades. Adicionalmente conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal LRF, que é a Lei Complementar nº 101/2000 em seu art. 54 parágrafo único, prevê que a obrigatoriedade da participação e assinatura do responsável pelo controle interno nos relatórios de gestão fiscal.

4.2.2. Comparação Entre a Visão Sistêmica das Atividades

A seguir serão demonstradas as respostas das duas pesquisas no que diz respeito ao entendimento dos gestores quanto à visão sistêmica das atividades de auditoria interna, controladoria e controle interno. .

Tabela 9 - Utilização das informações produzidas pelo Sistema de Controle Interno para avaliar a gestão pública

Região	Respostas em Porcentagem (%)				
	1	2	3	4	5
Microrregião de Xanxerê SC	33,33	66,67			
Corede Produção RS	25	75			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se com os dados que nas duas regiões, minoria dos gestores concordam totalmente que as informações geradas pelo sistema de controle interno

são utilizadas para avaliar a gestão pública, maioria dos gestores afirmam utilizar parcialmente tais informações para avaliar a gestão pública.

Tabela 10 - Os relatórios das auditorias realizadas pelo SCI no processo de tomada de decisões

Região	Respostas em Porcentagem (%)				
	1	2	3	4	5
Microrregião de Xanxexê SC	58,33	41,67			
Corede Produção RS	25	68,8			6,2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que a visão dos gestores das duas regiões são bem diferentes, enquanto 58,33% da microrregião de Xanxerê SC concordam totalmente que os relatórios das auditorias realizadas no SCI são utilizadas pela administração na tomada de decisões, apenas 25% dos respondentes da outra região concordam totalmente com esse quesito e 6,2% colocam que não possuem opinião formada sobre esse assunto.

Haja vista, que os relatórios elaborados pelo SCI contêm informações sobre a aplicação de recursos públicos, gestão do patrimônio local, processo de arrecadação e de despesa, atendimentos as normas da LRF, caracterizando desta forma uma importante ferramenta de acompanhamento da gestão pública (SANTOS; TRES, 2012).

A não observância desses fatores no processo de tomada de decisões pode acarretar deficiência na gestão e mau funcionamento das atividades do governo.

Tabela 11 - Atuação independente dos membros do SCI

Região	Respostas em Porcentagem (%)				
	1	2	3	4	5
Microrregião de Xanxexê SC	58,33	41,67			
Corede Produção RS	43,8	56,2			

Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria dos gestores participantes da pesquisa, cerca de 58,33% , afirmam que os membros do sistema de controle interno atuam de forma independente, ou seja, não sofrem subordinação quanto as suas atividades, o restante afirma que os membros possuem parcialmente independência, já na pesquisa publicada em 2012, 43,8% dos gestores atestam que os membros do SCI atuam de forma independente.

Tabela 12 - Auditorias internas previamente comunicadas e regulamentadas

Região	Respostas em Porcentagem (%)				
	1	2	3	4	5
Microrregião de Xanxexê SC	75	25			
Corede Produção RS	43,8	37,5	18,7		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Grande maioria dos gestores da pesquisa atual responderam que as auditorias internas são totalmente comunicadas e regulamentadas, percebe-se que estão sendo adotados os procedimentos contido na NBC T 12 sobre auditoria interna, quanto os gestores pertencentes ao Corede Produção apenas 43,8 afirmam que as auditorias internas são totalmente comunicadas e regulamentadas.

Tabela 13 - Alinhamento entre os objetivos do controle interno e da alta administração

Região	Respostas em Porcentagem (%)				
	1	2	3	4	5
Microrregião de Xanxexê SC	50	50			
Corede Produção RS	31,3	62,5			6,2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que metade dos respondentes da microrregião de Xanxerê SC, responderam que os objetivos do controle interno estão totalmente alinhados com os objetivos da alta administração, enquanto 31,3% dos respondentes do Corede Produção RS, responderam que os objetivos do controle interno e da alta administração estão totalmente alinhados, 6,2% responderam não ter opinião formada sobre o assunto.

Destaca-se a importância de manter os objetivos do controle interno e da alta administração em harmonia de forma que podem servir de apoio para o administrador no processo de gestão.

Tabela 14 - Relacionamento entre SCI e os usuários das informações por ele produzidas

Região	Respostas em Porcentagem (%)				
	1	2	3	4	5
Microrregião de Xanxexê SC	66,67	33,33			
Corede Produção RS	56,2	43,8			

Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria dos gestores das duas pesquisas afirmam que o relacionamento entre o Sistema de Controle interno e os usuários das informações por ele produzidas, alta administração, funcionários dos setores, Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas do Estado é adequado.

É importante que seja adequado o relacionamento entre o sistema de controle interno e seus usuários de forma que as informações por ele produzidas demonstrem o andamento das atividades desenvolvidas pela administração municipal.

Tabela 15 - Recomendações feitas pela auditoria interna proporcionam aprendizado aos funcionários

Região	Respostas em Porcentagem (%)				
	1	2	3	4	5
Microrregião de Xanxexê SC	83,33	16,67			
Corede Produção RS	43,8	50			6,2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber que na microrregião de Xanxerê SC, 83,33% dos gestores concordam totalmente as recomendações feitas pela auditoria interna são construtivas, realizáveis e proporcionam aprendizados aos funcionários dos setores que foram auditados, enquanto 43,8% dos respondentes do Corede Produção RS concordam totalmente com esse quesito também 6,2% não tem opinião formada sobre o assunto, o que pode ser devido ao fato da prefeitura não realizar auditorias internas em seus setores.

É de suma importância que seja observada as recomendações feitas pela auditoria interna, de modo a melhorar os processos dos setores e também evitar falhas e erros.

Tabela 16 - Necessidade de criação do órgão administrativo de controladoria

Região	Respostas em Porcentagem (%)				
	1	2	3	4	5
Microrregião de Xanxexê SC	83,33	16,67			
Corede Produção RS	31,2	43,8	25		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que 83,33% dos gestores da atual pesquisa afirmam que concordam plenamente com a criação do órgão de controladoria em suas prefeituras, já os gestores da pesquisa publicada em 2012, apenas 31,2% concordam totalmente com essa pergunta, 43,8% dos respondentes concordam em partes com a criação deste setor e o restante discorda em partes com essa necessidade.

O entendimento dos respondentes do Corede Produção no que diz respeito ao grau de concordância sobre a criação do órgão administrativo de controladoria em suas prefeituras, pode ser decorrente da falta de conhecimento sobre as atividades que podem ser desenvolvidas pela controladoria.

Segundo SLOMSKI (2009, *apud* SANTOS; TRES, 2012), a controladoria é um órgão administrativo que gerencia o sistema de informações econômico-financeiras, com a finalidade de operacionalizar os gestores das atividades fins e das atividades meio, para obter a correta mensuração dos resultados, produzindo um instrumento para a diminuição do desequilíbrio das informações entre os gestores públicos e a sociedade.

4.2.3 Comparação Entre as Atribuições das Atividades

A seguir estão relacionados às respostas dos gestores das duas regiões sobre as atribuições das atividades de auditoria interna, controladoria e controle interno. As opções de respostas estão enumeradas em: 1- Auditoria interna, 2 – Controladoria e 3 – Controle Interno.

Para iniciar o questionário de atribuições de atividades foi feita a seguinte pergunta: examinar, avaliar, levantar e comprovar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos na administração pública é função do(a):

Tabela 17 - Auditoria interna

Região	Respostas em porcentagem (%)		
	1	2	3
Microrregião de Xanxexê SC	33,33	17,67	50
Corede Produção RS	18,8	31,2	50

Fonte: Elaborado pelo autor.

Maioria dos respondentes das duas regiões atribuem de forma errada as atividades que são desenvolvidas pela auditoria interna, metade dos respondentes da microrregião de Xanxerê atribuem essas atividades ao controle interno, também no Corede Produção 50% dos gestores afirmam que essas atividades estão ligadas ao controle interno.

Seguindo o questionamento: acompanhar a execução dos atos e ações praticadas pela administração, em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, com a finalidade de evitar perdas, desvios, auxiliar a boa e regular execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial é função do(a):

Tabela 18 - Controle interno

Região	Respostas em porcentagem (%)		
	1	2	3
Microrregião de Xanxerê SC	33,33	8,33	58,34
Corede Produção RS	86,7		13,3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se pela análise das respostas que 58,34% dos gestores da presente pesquisa atribuem de forma correta às atividades relacionadas ao controle interno, entretanto entre os respondentes do Corede Produção RS observa-se a falta de compreensão sobre as atividades de cada setor, pois atribuem de forma incorreta tais atribuições à auditoria interna.

Para finalizar o questionário foi aplicada a seguinte pergunta: os gestores públicos podem obter informações mais precisas e necessárias à tomada de decisões, através do órgão de:

Tabela 19 – Controladoria

(continua)

Região	Respostas em porcentagem (%)		
	1	2	3

Tabela 19 – Controladoria

(conclusão)

Região	Respostas em porcentagem (%)		
	1	2	3
Microrregião de Xanxerê SC	8,33	33,33	58,34
Corede Produção RS	33,3	13,3	53,4

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a análise da última questão observa-se a falta de clareza pelos gestores sobre as informações que a controladoria pode gerar para o auxílio na tomada de decisões, a maioria dos respondentes das duas regiões atribuem de forma errônea que os mesmos podem obter informações mais precisas e necessárias a tomada de decisões através do controle interno.

Essas respostas equivocadas, quanto às atividades da controladoria pode se dever ao fato da ausência deste órgão em algumas prefeituras, onde os gestores se apoiam nas informações produzidas pelo controle interno e auditoria interna, para a tomada de decisões.

4.3. COMENTÁRIOS E SUGESTÕES SOBRE OS RESULTADOS

Esta subseção se ocupa em apresentar comentários sobre os resultados obtidos e também sugestões para a melhoria do conhecimento dos gestores e da gestão pública.

Em relação à idade é observado que a maioria dos gestores está entre 41 a 60 anos o que pode demonstrar maturidade e experiência dos mesmos, entretanto é verificado que os respondentes possuem baixo índice de escolaridade, desta forma são poucos os que possuem conhecimento específico voltado à gestão pública.

Sobre o questionamento se existe implantado e em funcionamento nas prefeituras o sistema de controle interno, que é previsto na Constituição Federal e também na Lei de Responsabilidade Fiscal, apenas um gestor respondeu negativamente a essa pergunta, o que pode apresentar uma resposta equivocada ou o não conhecimento deste órgão em sua prefeitura,

Entretanto não basta que esteja apenas implantado o sistema de controle interno nas prefeituras, para cumprir a lei de obrigatoriedade deste setor, é preciso que as informações produzidas por esse órgão sejam utilizadas pela administração no processo de gestão como forma de avaliar o cumprimento de metas, execução dos programas no governo entre outras finalidades de aplicação dos recursos públicos.

Cabe ressaltar a importância do sistema de controle interno como instrumento de acompanhamento da gestão uma vez que as informações por ele produzidas evidenciam o andamento das atividades da administração municipal.

Quanto aos questionamentos sobre as atividades da auditoria interna é observado que os respondentes afirmam em grande maioria, na microrregião de Xanxerê SC, que as recomendações feitas pela auditoria interna são construtivas, realizáveis e proporcionam aprendizado aos funcionários, desta forma nota-se a importância de manter periodicamente a realização de auditorias internas nos setores da administração pública.

Com a aplicação de auditorias internas nas prefeituras será possível avaliar o cumprimento de normas e procedimentos contidos no PPA, LDO e LOA, determinar o grau de confiança dos dados contábeis entre outros processos de verificações. No relatório das auditorias serão evidenciados os resultados obtidos pelo exame de auditoria e também a apresentação de possíveis melhorias em relação aos processos adotados pela entidade.

Nota-se a falta de conhecimento dos gestores quanto às atividades da controladoria, isto pode ser decorrente da ausência deste órgão em algumas prefeituras. As atividades da controladoria auxiliam o gestor no acompanhamento das atividades executadas pela Administração, sobretudo se estiver apoiada com um adequado sistema de informação, processo de gestão, estrutura organizacional e avaliação de desempenho das atividades e resultados obtidos pela entidade.

Desta forma, se torna indispensável à criação do órgão administrativo de controladoria nos municípios, pois a controladoria irá proporcionar ao gestor informações mais precisas e necessárias no processo de tomada de decisões.

Além das sugestões descritas acima, a principal proposta para os gestores é que os mesmos aprofundem seus conhecimentos sobre gestão antes de assumirem seus cargos administrativos, uma vez que gestores mais preparados e com os devidos conhecimentos tendem a ter maior propensão para o sucesso na administração pública.

Poderiam ser desenvolvidos cursos preparatórios obrigatórios para os gestores nos períodos após as eleições até a posse dos cargos, uma vez que não há exigência mínima quanto à escolaridade nem conhecimento específico dos mesmos.

Desta forma, os gestores estariam mais preparados para o desenvolvimento das suas devidas funções bem como poderiam utilizar as informações geradas pela auditoria interna, controladoria e controle interno, para o desenvolvimento, melhoria

e avaliação dos processos que envolvem o patrimônio público e não somente para o cumprimento das normativas legais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como principal objetivo avaliar a compreensão dos gestores municipais sobre a atuação da auditoria interna, controladoria e controle interno nos municípios abrangido pela microrregião de Xanxerê SC na busca pela melhoria do serviço público.

Para fundamentar o objetivo geral foram apresentados os objetivos específicos: levantar o que compete à auditoria interna, controladoria e controle interno; buscar informações relevantes e oportunas para a melhoria da gestão pública; comparar os resultados da presente pesquisa com a pesquisa aplicada no Corede Produção RS.

Através da pesquisa de coleta de dados, enviada via e-mail para os gestores da microrregião, com a análise das respostas foi possível identificar que os gestores possuem visão equivocada quando a atuação da auditoria interna, controladoria e controle interno em suas prefeituras, cerca de 41,67% dos respondentes atribuíram de maneira correta as atribuições de cada atividade.

Na seção 2 - referencial teórico foi abordado às atividades que podem ser desenvolvidas pela auditoria interna, controladoria e controle interno.

Foi alcançado o objetivo que era embasado em buscar informações relevantes e oportunas para a melhoria da gestão pública. Através da correta utilização das informações produzidas pela auditoria interna, controladoria e controle interno o gestor poderá acompanhar o andamento das atividades públicas previstas no orçamento, promover ações corretivas quando detectar falhas nos processos, obter informações mais precisas e necessárias para a tomada de decisões entre outros benefícios que podem melhorar a gestão pública.

Para atingir o proposto de comparar os resultados da microrregião em estudo com a pesquisa já realizada no Corede Produção RS, na seção dos resultados, foi feito um comparativo entre as duas regiões.

Visto que foi constatado que na microrregião em estudo os gestores atribuíram de forma mais correta as atividades, 41,67% dos respondentes da presente pesquisa responderam de forma correta as atribuições, contra 15% dos gestores do Corede Produção.

Desta forma, foi atingido o objetivo geral bem como os objetivos específicos propostos para este estudo.

A contribuição deste trabalho para as prefeituras e para os gestores é de caráter informativo, pode ser encontradas informações para a melhoria da gestão pública para os gestores melhorarem seus conhecimentos acerca das atribuições da auditoria interna, controladoria e controle interno.

E como estas podem ser grandes aliadas para: avaliar, levantar e comprovar a integridade dos processos da administração; acompanhar a execução dos atos e ações praticadas pela administração; gerar informações mais precisas e necessárias para a tomada de decisões.

Para a ciência este estudo tem a contribuição de gerar informações sobre o entendimento dos gestores da microrregião para os usuários destas informações, podendo ser eles os próprios gestores, população, câmara de vereadores, tribunal de contas, etc. Esta pesquisa pode ser replicada em outras regiões com a finalidade de analisar a compreensão de outras regiões e gestores.

Através da correta utilização de tais atividades se torna possível elaborar diretrizes estratégicas para o bom desenvolvimento das atividades gerando melhores oportunidades e informações para administrar o patrimônio público.

Portanto, conclui-se que para o bom andamento das atividades da administração pública é necessário que os gestores possuam o entendimento correto das atividades da auditoria interna, controladoria e controle interno e não somente tenham em suas prefeituras esses órgão para cumprir as normativas legais.

6. REFERÊNCIAS

ALBERTON, Luiz. LUNKES, Rogério João. DA ROZA, Maristela Menna. **Perfil Dos Controles Internos Em Prefeituras Do Rio Grande Do Sul: Uma Análise Nas Maiores Cidades Gaúchas**. Rio de Janeiro RJ, 2012.

ATTIE, Willian. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 5º Edição, São Paulo SP, editora Atlas, 2010.

ARIMA, Carlos Hideo. Sistemas de informações gerenciais. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria Agregando Valor para a Empresa**. São Paulo, Bookman, 2002, v.1, cap. 4, p. 79-90.

BARBOSA, Emerson Rodrigues. BRONDANI, Gilberto. **Planejamento Estratégico Organizacional**. 2005.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

BRADALISE, Neli Teresinha. **Modelos De Medição De Percepção E Comportamento – Uma Revisão**. 2005.

CATELLI, Armando. PEREIRA, Carlos Alberto. VASCONSELOS, Marco Tulio de Castro. Processo de Gestão e Sistemas de Informações Gerenciais. In: CATELLI, Armando. **Controladoria: uma Abordagem da Gestão Econômica GECON**. São Paulo, Atlas, 2001, v.2. cap. 4, p. 135-150.

CHAVES, Oswaldo Demósthene Lopes Junior; LIMA, Mariomar de Sales; OLIVEIRA, Nilson José Junior de. **A Controladoria Nas Organizações Públicas Municipais: Um Estudo De Caso**. Blumenau, 2009.

CHIARELLI, Lucinéia; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Características De Sistema De Controle Interno Municipal Para Atuação Reguladora E Orientadora Da Gestão Pública**. Blumenau SC, 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASILDE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso 11 de maio de 2014.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª Edição, Porto Alegre, editora Artmed, 2010.

CROZATTI, Jaime. **Planejamento Estratégico e Controladoria: um modelo para potencializar a contribuição das áreas da organização**. 2003.

CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues. **A Importância Do Relatório E Do Parecer De Auditoria Para o Auditor E Para A Organização Auditada.** 2013.

FIGUEIREDO, Sandra. CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria: teoria e prática.** Atlas, v.4, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/consulta/unidades_geo_coredes.asp?n=Corede%20Produ%E7%E3o&ano=2008&id_corede=15>. Acesso 06 maio 2014.

FRANCO, Adriana Aparecida Dellú. REIS, Jorge Augusto Gonçalves. **O Papel Da Auditoria Interna Nas Empresas.** 2004

GERIGK, Wilson. TARIFA, Marcelo Requetti. ALMEIDA, Lauro Brito De. ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. **Controladoria pública municipal na perspectiva dos profissionais do controle externo.** 2007.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6ª Edição, São Paulo SP, editora Atlas S.A, 2008

GOMES, Amanda de Oliveira. MACHADO, Marcus Vinicius Veras. PETER, Maria da Glória Arrais. VARELO, Elaine Machado. **Atividades Desenvolvidas Pela Controladoria Geral Do Município De Fortaleza (Cgm).** Fortaleza CE, 2011.

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.iiabrasil.org.br/new/valordaauditoria/index.html>>. Acesso 12 de maio de 2014.

Instituto Federal de Brasília. **Manual de Auditoria Interna.** Brasília DF, 2014. v. 1.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em 11 de maio de 2014.

LEMES, Sirlei. Gestão Econômica de Empresas Pecuárias. In: CATELLI, Armando. **Controladoria: uma Abordagem da Gestão Econômica GECON.** São Paulo, Atlas, 2001, v.2. cap. 17, p. 456-518.

OLIVEIRA, Luís Martins De. PEREZ, José Hernandez Junior. SILVA, Carlos Alberto Dos Santos. **Controladoria Estratégica Textos e Casos Práticos com Solução.** 9ª Edição, São Paulo SP, Atlas S.A, 2013.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Planejamento, Planejamento de Lucro. In: CATELLI, Armando. **Controladoria: uma Abordagem da Gestão Econômica GECON.** São Paulo, Atlas, 2001, v.2. cap. 5, p. 154-177.

PEREIRA, Carlos Alberto. Ambiente, Empresa, Gestão e Eficácia. In: CATELLI, Armando. **Controladoria: uma Abordagem da Gestão Econômica GECON.** São Paulo, Atlas, 2001, v.2. cap. 1, p. 35-80

PEREIRA, Carlos Alberto. Avaliação de Resultados e Desempenhos. In: CATELLI, Armando. **Controladoria: uma Abordagem da Gestão Econômica GECON**. São Paulo, Atlas, 2001, v.2. cap. 7, p. 196-282.

PERROTTI, Edoardo. **Estrutura Organizacional e gestão do conhecimento**. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Administração da Escola de Administração, Economia e Contabilidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

PORTAL DE AUDITORIA. Disponível em: <<http://www.portaldeauditoria.com.br/artigos/o-que-e-auditoria-interna.htm>>. Acesso em: 16 de julho de 2014.

SANTA CATARINA EM DADOS. FIESC, Florianópolis SC, 2013, v. 23.

SANTOS, Sandra Regina Toledo Dos. TRES, Tagiane Fiorentin. **Controladoria, Auditoria Interna e Controle Interno: O Entendimento dos Gestores Públicos Municipais Pertencentes ao Corede Produção/RS**. São Paulo SP, 2012.

SANTOS, Vania Silveira. SILVA, Almir Teles Da. ROSA, Paulo Moreira Da. PIRES, José Santo Dal Bem. **Análise Das Variáveis Ambientais Internas E Externas Que Influenciam Na Elaboração Do Orçamento Da Atividade Refino De Óleo De Canola Em Uma Cooperativa Agroindustrial Situada No Norte Do Estado Do Paraná**. 2013.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Planejamento e Orçamento Governamental - O ciclo orçamentário: uma reavaliação da Constituição de 1988**. 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO – GOVERNO DE GOIÁS. Disponível em: <<http://www.segplan.go.gov.br/post/ver/115737/o-que-e-o-plano-plurianual-ppa>>. Acesso em 16 de julho de 2014.

SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/servicosorientacoes/dior/leior%C3%A7ament%C3%A1ria-anual-loa>>. Acesso em 22 de julho de 2014.

TEIXEIRA, Rogerio de Assis. SPINELLI, Vera Vilma. **A Necessidade De Controle Interno Efetivo Na Administração Pública Municipal Como Apoio Ao Gestor**. 2012.

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **Cartilha De Orientações Sobre Controle Interno**. Paraíba, 2009, v. 1.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público**. Atlas, 2011.

REBIÉN, Airton Roberto. AMORIM, Adriana Veigas de. **Controladoria na Administração Pública Municipal: Estudo de Modelo para Prefeitura de Nova Santa Rita/RS**. Gramado RS, 2008.

Resolução CFC nº 986/03 - NBC TI 01 da Auditoria Interna. Disponível em:
<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000986>.
Acesso em 22 de julho de 2014.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco
Curso de Ciências Contábeis
Adaptado de: SANTOS e TRES (2012)

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte integrante do trabalho de conclusão de curso da acadêmica Poliana Martins do Curso de Ciências Contábeis – UTFPR Campus Pato Branco. Busca-se levantar dados para avaliar e analisar a compreensão dos Gestores Municipais quanto o que compete a Auditoria Interna, Controladoria e Controle Interno – na Microrregião de Xanxerê SC. Agradeço pela sua importante colaboração. Atenciosamente Poliana Martins.

I - Dados da prefeitura e do entrevistado

1. Função desempenhada

- Prefeito
- Vice-prefeito
- Secretário da Administração

2. Se for vice-prefeito, desempenha função na administração municipal?

- Sim
- Não

3. Idade

- Até 20 anos
- Entre 21 e 40 anos
- De 41 a 60 anos
- Acima de 60 anos

4. Escolaridade

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio
- Superior Incompleto
- Superior Completo

Especialização, Mestrado, Doutorado.

5. Na sua prefeitura, existe Sistema de Controle Interno (SCI) instituído por Lei e em funcionamento?

Sim

Não

6. Se a resposta da questão 5 for positiva, o Sistema de Controle Interno realiza, periodicamente, Auditoria Interna nos setores da sua Prefeitura?

Sim

Não

II – Percepção sobre a visão sistêmica das atividades da controladoria, auditoria interna e controle interno.

7. Em sua opinião, a alta administração municipal utiliza as informações produzidas pelo Sistema de Controle Interno para avaliar a gestão pública?

1 Concordo totalmente

2 Concordo em partes

3 Discordo em partes

4 Discordo totalmente

5 Não tenho opinião formada sobre o assunto

8. Os relatórios das Auditorias do Sistema de Controle Interno auxiliam a alta administração na tomada de decisão?

1 Concordo totalmente

2 Concordo em partes

3 Discordo em partes

5 Não tenho opinião formada sobre o assunto

9. Os membros do Sistema de Controle Interno atuam de forma independente?

1 Concordo totalmente

2 Concordo em partes

3 Discordo em partes

- 4 Discordo totalmente
- 5 Não tenho opinião formada sobre o assunto

10.As Auditorias Internas realizadas pelo Sistema de Controle Interno nos setores da prefeitura são previamente comunicadas e regulamentadas?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo em partes
- 3 Discordo em partes
- 4 Discordo totalmente
- 5 Não tenho opinião formada sobre o assunto

11.Os objetivos do Sistema de Controle Interno estão alinhados aos objetivos da alta administração?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo em partes
- 3 Discordo em partes
- 4 Discordo totalmente
- 5 Não tenho opinião formada sobre o assunto

12.O relacionamento entre o Sistema de Controle Interno e os usuários das informações por ele produzidas (alta administração, funcionários dos setores, Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas do Estado) é adequado?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo em partes
- 3 Discordo em partes
- 4 Discordo totalmente
- 5 Não tenho opinião formada sobre o assunto

13.As recomendações da Auditoria Interna são construtivas, realizáveis e proporcionam aprendizado aos funcionários dos setores auditados?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo em partes
- 3 Discordo em partes
- 4 Discordo totalmente

5 Não tenho opinião formada sobre o assunto

Segundo Slomski (2003) a Controladoria é o órgão administrativo que gerencia todo o sistema de informações econômico-financeiras, a fim de instrumentalizar os gestores das atividades-fins e das atividades-meio, para a correta mensuração de resultados econômicos produzidos pelas atividades, produzindo um instrumental para a diminuição da assimetria informacional entre os gestores da coisa pública e a sociedade.

14. Baseado no conceito de Slomski (2003) sobre controladoria é necessária a criação do órgão administrativo da Controladoria na sua Prefeitura?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo em partes
- 3 Discordo em partes
- 4 Discordo totalmente
- 5 Não tenho opinião formada sobre o assunto

III – Percepção sobre as atribuições da controladoria municipal, auditoria interna e controle interno.

15. No seu entendimento, examinar, avaliar, levantar e comprovar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos na administração pública é função do(a)

- 1 auditoria interna
- 2 controladoria
- 3 controle interno

16. Acompanhar a execução dos atos e ações praticadas pela administração, em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, com a finalidade de evitar perdas, desvios, auxiliar a boa e regular execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial é função do(a):

- 1 auditoria interna
- 2 controladoria
- 3 controle interno

17. Você avalia que os gestores públicos podem obter informações mais precisas e necessárias a tomada de decisões, através do órgão de:

- 1 auditoria interna
- 2 controladoria
- 3 controle interno